



CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

REF: O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei nº 513/2025, que "Institui, no âmbito do Município de Contagem, o Selo 'Empresa Amiga da Primeira Infância e da Promoção do Aleitamento Materno' e dá outras providências", de autoria da Vereadora Tia Keyla.

PARECER

O Projeto de Lei em epígrafe que "Institui, no âmbito do Município de Contagem, o Selo 'Empresa Amiga da Primeira Infância e da Promoção do Aleitamento Materno' e dá outras providências" recebeu da Procuradoria desta Câmara análise técnico-jurídica pela **legalidade e admissibilidade** da matéria, com ressalvas.

O presente Projeto de Lei institui o Selo Empresa Amiga da Primeira Infância e da Promoção do Aleitamento Materno, com o objetivo de incentivar a responsabilidade social empresarial no Município de Contagem. A iniciativa busca reconhecer empresas que adotem práticas voltadas à proteção integral da criança e ao estímulo à amamentação. Ao valorizar ações que promovam o desenvolvimento saudável, a convivência familiar e a prevenção de violências, o selo fortalece a rede de apoio à primeira infância. Trata-se de medida que reafirma o compromisso municipal com a garantia dos direitos das crianças.

O Município pode editar legislação própria, com fundamento na autonomia constitucional que lhe é inerente, conforme disposto na Constituição da República de 1988, art. 30, I e II.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

(...)

Em uma análise detida do Projeto de Lei apresentado, verifica-se que ele se encontra no rol de matérias das quais o Poder Legislativo possui a competência para deflagrar o processo legislativo, pois é de sua competência fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, conforme o artigo 71 da Lei Orgânica Municipal:

Art. 71 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no Art. 72, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especificamente:

(...)

EMENDA 01:

Art. 1º- Fica suprimido o art. 7º do Projeto de Lei nº 513/2025.

Art. 2º- Passa a vigorar com a seguinte redação o art. 6º do Projeto de Lei nº 513/2025:

"Art. 6º O Poder Executivo poderá editar normas complementares para detalhar procedimentos de solicitação, análise e renovação do selo, observados os critérios estabelecidos nesta Lei." (NR)

Esta Comissão, em igual modo, acompanha a orientação do especialista e conclui pela **admissão** do Projeto de Lei nº 513/2025.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 24 de fevereiro de 2026.

ARNALDO LUIZ DE OLIVEIRA - "ARNALDO DE OLIVEIRA"
PRESIDENTE

DANIEL FLÁVIO DE MOURA CARVALHO - "DANIEL CARVALHO"
VICE-PRESIDENTE

MARCOS VINÍCIUS RANGEL DE FARIA - "VINÍCIUS FARIA"
RELATOR